

“O que é que vamos votar?”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Numa das mais confusas sessões realizadas nos últimos anos, em que até os líderes partidários por vezes não sabiam bem o que estava em votação, a Câmara dos Deputados aprovou na madrugada de ontem mais 30 proposições, rejeitou duas e emendou outra.

Projetos importantes, como o que cria incentivos fiscais para fins culturais, misturavam-se com outros secundários, como os que “autorizam” o Executivo a criar universidades em um ou outro local do País, numa pauta organizada à última hora, para atender a acordos feitos pelas lideranças partidárias.

Por volta das 23 horas, enquanto funcionários da Câmara, com tesoura e cola, montavam a pauta da ordem do dia para tirar cópias e distribuir aos deputados, os líderes do governo, Pimenta da Veiga (MG), e da oposição, Amaral Neto (PDS-RJ), mantinham difíceis conversações, porque este último ameaçava pedir chamada nominal para tentar impedir a votação do primeiro item, onde estava o projeto de lei autorizando o presidente Sarney a viajar para o Exterior.

Embora na sessão vespertina tivesse sido comprovada a existência de quórum — 293 deputados responderam à chamada —, nova chamada, aquela hora da noite, poderia frustrar o “esforço concentrado” e impedir a aprovação, também, do projeto de lei relativo à cultura, votação aguardada por uma dezena de conhecidos artistas presentes nas galerias. Em plenário, não se viam mais que cem a 150 deputados.

Os dois líderes finalmente chegaram a acordo. O PDS, que não acei-

tava autorizar o presidente Sarney a viajar para o Exterior, no momento que quisesse, entre 1º de julho deste ano e 31 de janeiro de 1987 — como chegou o pedido ao Congresso — aceitou uma solução intermediária: neste período, em que dificilmente haverá número para deliberação dos plenários da Câmara e do Senado, a mesa do Congresso fica autorizada a examinar eventuais pedidos e autorizar viagens presenciais.

Em troca, o PDS ganhou o direito de incluir nas pautas de votação “pelo menos uns 30 projetos”, segundo Amaral Neto. E foi assim que foi parar na pauta da madrugada um projeto de resolução de um dos vice-líderes do PDS, Jorge Arbage (PA), visando a criar na casa uma CPI para apurar “as causas da crescente onda de pornografia no País” — depois rejeitado pelo plenário. O PDS ganhou o direito também de ver aprovada uma emenda ao projeto relativo à cultura.

A sessão abriu-se às 23h45, antes que chegassem a plenário as cópias da pauta da ordem do dia. “O que é que vamos votar?” — perguntavam alguns deputados. Cinco minutos depois, chegavam as cópias. Mas então faltavam avulsos impressos dos projetos e não havia cópia das emendas. A certa altura, colocada em votação as nove emendas oferecidas ao projeto sobre cultura, alguns deputados pediram à mesa que lesse cada uma delas. “Já foram lidas pelo relator” — respondeu o presidente Humberto Souto. “Com todo respeito, sr. presidente — interveio Alberto Goldman (SP), líder do PCB — eu não saí do plenário e não ouvi nenhuma leitura. O relator apenas mencionou os números das emendas.

A confusão tornou-se maior porque nunca a Câmara se viu às voltas

com tantas proposições importantes do Executivo, a elas remetidas quase que de uma só vez, e justamente num momento em que o principal assessor da mesa, com mais de 30 anos de experiência, Paulo Afonso Martins de Oliveira, teve de licenciar-se para a colocação de pontes de safena.

As principais proposições aprovadas de madrugada e que serão agora submetidas à apreciação do Senado dizem respeito aos seguintes assuntos:

- autorização para viagens presidenciais;
- incentivos fiscais à atividade cultural;
- obrigatoriedade de pagamento dos salários até o último dia útil do mês ou quinzena vencidos;
- proibição de nomeação ou contratação de servidor público pela União, Estados e Municípios nos 365 dias anteriores às eleições e até o término do mandato dos chefes de Executivos, excetuados os concursados;
- obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens para o exercício de cargo ou função pública;
- revisão do cálculo de aposentadorias no âmbito da Previdência Social;
- obrigatoriedade de provas para o diagnóstico precoce da faniletonária e do hipotireoidismo congênito em todas as crianças nascidas em hospitais;
- aposentadoria aos 25 anos para as telefonistas;
- emprego de substâncias retardantes de combustão em materiais utilizados pelas indústrias automobilística e de construção civil;
- criação da “Residência odontológica”;
- prorrogação do arrendamento rural.

Ary Ribeiro